
-----Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos dezanove dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove

-----Aos dezanove dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia;-----
- 2- Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais de 2009;-----
- 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração do Mapa de Pessoal do Município de V. V. Ródão;-----
- 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal das Feiras;-----
- 5-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de V. V. Ródão;-----
- 6- Informação da Sr^a Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----
- 7-Outros assuntos de interesse para o Município;-----
- 8-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento;
- O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a não comparência de Asdrúbal Daniel Gaspar Dias Valente. Seguidamente, informou sobre a correspondência remetida à Assembleia Municipal mas ficando à disposição dos membros, querendo, para eventual consulta.-----
- Procedeu-se à leitura da acta da sessão ordinária de 26 de

Dezembro de 2008, sendo aprovada por unanimidade.-----

-----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:-----

----O membro Álvaro Mendes informou que tinha sido constituída a nível local a comissão política do PSD - Partido Social Democrata, com sede na vila, manifestando a disponibilidade dessa à população em geral e ao município, em particular, para qualquer tipo de assunto que queiram apresentar, ou, discutir.-----

----2- *Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais de 2009;*-----

----A sr^a Presidente informou que, a revisão se devia ao facto de haver necessidade de serem criadas rubricas de despesa e de receita não previstas aquando da aprovação dos Documentos Previsionais na última Assembleia, resultando um aumento da receita ao valor do Orçamento inicial no montante de 3.000,00€ (três mil euros), conforme explicação expressa que consta do documento em apreciação e entregue a cada membro.-----

----O membro João Ferro solicitou um esclarecimento sobre a diminuição de cerca de 3.100,00€ na rubrica destinada à transferência para a Associação dos Bombeiros para aquisição de viaturas e equipamento, parecendo-lhe nunca ser demais dar o apoio aquela instituição.-----

----A sr^a Presidente lembrou que, na última assembleia, fora aprovado o protocolo de colaboração com os Bombeiros, pelo que, as verbas seriam divididas. Então, algum dinheiro, que estava na verba de transferências normais deixava de ser uma verba de referência. Também o facto de ter ocorrido essa diminuição não significava que não pudesse vir a ser aumentada a qualquer momento caso se justificasse.-----

----Não havendo mais intervenções, foi a revisão aos documentos

previsionais colocada à votação tendo sido aprovada por maioria.---

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração do Mapa de Pessoal do Município de V. V. Ródão;-----

----A sr^a Presidente explicou que a alteração ao mapa de pessoal se devia apenas com o facto de, por lapso dos serviços, não ter sido incluída no mapa anteriormente aprovado na última assembleia municipal, uma funcionária da autarquia que estava de licença sem vencimento há dois anos.-----

----O membro João Ferro interpelou a sr.^a Presidente sobre o facto de constar a indicação de 17 elementos na coluna da proposta de mobilidade e/ou recrutamento do mapa, pelo que, não se sabia muito bem se esses elementos seriam ou não recrutados.-----

----A sr.^a presidente respondeu que, possivelmente, se estaria a referir aos membros transferidos ao abrigo do protocolo que fora celebrado com as escolas no âmbito da transferência de competências do qual resultou transferência de verba.-----

----O membro Ricardo Luís observou que se poderia ter feito uma anotação em epígrafe de modo a explicar que a proveniência desses 17 elementos era resultante do protocolo celebrado com o Ministério da Educação.-----

----A sr^a Presidente retorquiu que na última Assembleia isso já tinha sido explicado com todos os detalhes.-----

----O membro Ricardo Luís replicou que não se punha em causa se tinha, ou, não, isso sido dito mas que, a questão, era a de um pedido específico, não custando nada constar em epígrafe essa menção.-----

----Seguidamente, o membro Paulo Roberto, questiona a sr.^a Presidente, após análise do anexo 1 do Contrato de Execução, pela

divergência entre o n.º de 26 pessoas aí constante e os 17 elementos do mapa.-----

----A srª Presidente respondeu que eram 17 do Pessoal Auxiliar e depois tinham mais os administrativos não sabendo de momento o número exacto e que eram os contratados mais os do quadro.-----

----O membro João Ferro exprimiu ser a questão pertinente e já deduzira que se referia à transferência dos funcionários das escolas para o município mas, tal facto, vinha no sentido de que, aquando da análise do Relatório de Gestão de 2007, se verificar que, o limite máximo da despesa com o pessoal que não é do quadro era de 25% e que neste momento já o ter excedido em 6,79%. Mais disse que, ao ver o quadro agora apresentado e apesar de compreender o porquê dessa transferência, causava-lhe alguma preocupação com a oscilação do número de pessoas transferidas. Sabe que a autarquia tem uma função social na área do mercado de emprego, no entanto, está evidente o gasto que a câmara terá com o pessoal que são 400 mil "contos" por ano, ou seja, um terço do orçamento que a Câmara tem e daí a sua preocupação.-----

----A srª Presidente respondeu-lhe que já tinha sido mais e que agora era menos do que quando fora eleita, frisando que não iria dar mais explicações porque este era o Quadro de Pessoal que tinha sido aprovado por unanimidade em Dezembro, mais o pessoal que fora transferido das escolas, mais o funcionário que, por lapso, dos serviços não tinha sido incluído.-----

----O membro Ricardo Luís, disse que não lhe parecia que o estagiário licenciado que aparecia no campo da Divisão de Obras Habitação e Urbanismo, na proposta de mobilidade, ou, o estagiário licenciado que aparecia no quadro Cultura e Tempos Livres, ou, um licenciado que aparecia no campo Serviços Sócio-Culturais, na

proposta de mobilidade e/ou recrutamento, fossem pessoas provenientes das escolas, solicitando uma explicação sobre isso.---

----A sr^a Presidente, informou que a Câmara tinha concorrido a 5 estágios do PEPAL mas que apenas foram concedidos 3, um nas área gráficas, outro na engenharia civil e outro na actual área da educação porque tinham a ver com as actividades extra-curriculares da responsabilidade da autarquia, estando a decorrer desde Maio do ano passado mas que, eventualmente, não estariam descritos dessa forma mas que tinham de estar descritos como estágios PEPAL acrescentando pois que, as câmaras, não podiam fazer estágios profissionais a não ser que concorressem para esse efeito. -----

----O membro Ricardo Luís interveio novamente dizendo que isso só provava que, a primeira resposta dada pela sr^a Presidente, tinha sido completamente infundada, porque lhe tinha sido perguntado o que era a Proposta de Mobilidade e Recrutamento e respondera taxativamente que, os 17 lugares que aqui vinham descritos, eram os lugares provenientes do Agrupamento Escolar.-----

----A sr^a Presidente respondeu que não era verdade aquilo que aquele membro estava a dizer porque, na outra proposta, já tinham vindo os estagiários, não descritos dessa maneira, portanto, os estágios estavam aprovados desde Maio do ano passado e estavam a decorrer naturalmente e irão terminar em Junho e que, inclusive, já se tinha feito uma nova candidatura.-----

----O membro António Carmona Mendes interveio também referindo que se tinha aprovado já este quadro de pessoal na última assembleia, e nesta onde havia uma única alteração, se levantavam mil e uma dúvidas sobre o quadro de pessoal, quando, segundo informação da Câmara, era uma pessoa que estava de licença sem vencimento. Pensava que Vila Velha merecia uma assembleia participativa e

sempre isso defendeu, lamentando, porém que fosse só, de "X" em "X" anos, que isso acontecesse, mas que vila velha merecia muito mais do que isso, merecia ser discutida todos os dias.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, seguidamente, disse que, tinha sido entregue aos membros, um Documento que dizia "Transferência de Competências para os Municípios em Matéria de Educação - Contrato de Execução" e que, no anexo 1, estava indicado em "Pessoal não Docente a Transferir" os respectivos nomes e as escolas onde estavam, parecendo-lhe inútil a discussão.-----

----A sr^a Presidente disse que tinha solicitado a entrega desse documento aos membros da Assembleia porque achava ser importante essa informação.-----

----O membro Paulo Roberto, referiu que, a sr^a Presidente afirmara que, as 17 pessoas, que estavam a mais no quadro da mobilidade tinham a ver com a transferência dos funcionários da escola, mas que, analisando esse documento verificava-se que eram 26 e, nos 17 que tinha referido, estavam 3 estagiários que já estavam aprovados há mais tempo, não sendo os dados coerentes entre as pessoas que foram transferidas da escola e o quadro de mobilidade que estava no mapa de pessoal.-----

----A sr^a Presidente respondeu que, algumas pessoas que estavam descritas no 1º mapa enviado se tinham entretanto reformado, ou, estavam em vias de se reformar, referindo que esta era uma questão técnica não sabendo responder com exactidão ao assunto e que deveria ser colocada aos serviços da autarquia, afirmando aquilo que já tinha dito sobre o porquê dessa alteração ao Mapa de Pessoal. Acrescentou que era impensável, no mês de Janeiro, terem entrado para a Câmara 17 pessoas e se, a intenção era de tirar

eventualmente algum aproveitamento politico da situação, iria cair em saco roto porque não havia mais nenhuma alteração além das que referira.-----

----O membro João Ferro retorquiu que as coisas tinham que ser debatidas e esclarecidas e face às declarações do membro António Carmona lembrou que sempre participara activamente nas sessões desta Assembleia.-----

----Não havendo mais intervenções, foi a alteração ao Mapa de Pessoal do Município, colocada à votação tendo sido aprovada por maioria.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal das Feiras;-----

----Estando-se neste ponto mas ainda relacionado com o ponto anterior o membro Fernando Roma, questionou se o Mapa de Pessoal não tinha já sido votado na última sessão da Assembleia e se, agora, não se estava apenas a aprovar uma alteração do mesmo, ao que a sr^a Presidente respondeu afirmativamente e solicitando à mesa para que ficasse em acta que, os membros do PSD, se tinham absterido na transferência dos 26 funcionários da Escola EB 1,2,3 para os quadros da Câmara Municipal para não se encontrarem, no futuro, numa situação de precariedade.-----

----Quanto ao ponto n.º 4, propriamente dito, não houve qualquer intervenção sendo o regulamento municipal das feiras posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----5-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de V. V. Ródão;-----

----A sr^a Presidente disse que este Protocolo era idêntico ao dos anos transactos verificando-se nele uma diminuição da verba em virtude de redução no pessoal.-----

----Não havendo mais intervenções, foi o Protocolo colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----6-*Informação da Sr^a Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;*-----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 19 de Fevereiro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 843.874,84€ (oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos), dos pagamentos efectuados de 502.204,90€ (quinhentos e dois mil, duzentos e quatro euros e noventa cêntimos) e do saldo de 406.509,97 € (quatrocentos e seis mil, quinhentos e nove euros e noventa e sete cêntimos) e no nº2, as principais actividades desenvolvidas pela autarquia nos sectores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, da Saúde e Acção Social, no Apoio ao Desenvolvimento e Protecção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projectos Municipais, tendo a sr^a Presidente evidenciado alguns pontos da mesma. Informou que uma vez que o actual quadro comunitário estava a encerrar, que a autarquia desde 2002 a 2009 tinha efectuado 57 candidaturas aprovadas, e que ainda tinha cerca de um milhão e cem mil euros a receber ao abrigo destas candidaturas.-----

----O membro Fernando Roma, em relação ao sector da saúde e acção

social, deu os parabéns ao executivo por ter dado início à preparação do procedimento administrativo para as obras nas habitações ao abrigo do Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas, mostrando-se sensibilizado com a preocupação que a autarquia tinha nesta área.-----

----A sr^a Presidente disse que, aquando do levantamento para identificar as pessoas que poderiam usufruir do programa, é que verificou a quantidade de pessoas que viviam com dificuldade e que inclusive, nem uma casa de banho tinham, por isso, considerava ser de toda a justiça a implementação desse Programa. Numa 1^a fase tentava resolver os casos mais prementes e enquadrados na legislação mas logo que ocorra, a 2^a fase, concorreria para possibilitar dar ajuda a mais pessoas.-----

----O membro Manuel Barreto, chamou a atenção para as obras realizadas na Zona Industrial nº1 pois que, na sua opinião, embora mais ou menos apresentáveis, o acesso à mesma estava uma miséria. Continuou, dizendo que gostaria que a autarquia se candidatasse à instalação de uma unidade de camas para doentes terminais em V. V. Ródão, evitando assim a deslocação dos doentes do concelho para outras unidades com todos os inconvenientes que daí advinham. Terminou, questionando novamente, se as placas toponímicas indicativas da localidade de V. V. Ródão, existentes nas entradas abrangidas pela Estrada Nacional 18, estavam ou não legais, visto que na última Assembleia não tinha obtido resposta.-----

----A sr^a Presidente respondeu que, em relação às placas toponímicas iria informar-se junto das Estradas de Portugal, uma vez que, as mesmas, tinham sido colocadas pela antiga Junta Autónoma de Estradas. No que dizia respeito ao acesso à Zona Industrial nº1, situado na rua de acesso ao Loteamento da Escola,

apesar de já ter sido objecto algumas reparações mas que não resolveram o problema seria alvo de uma reparação mais profunda. Em relação à unidade de camas para doentes terminais referiu ter feito todos os possíveis para que Vila Velha de Ródão tivesse um hospital de retaguarda, no entanto, em determinada altura, e por o antigo hospital da Misericórdia ter sido arrendado a uma empresa privada, não sendo possível a reversão do edifício para a Misericórdia, face às cláusulas determinarem uma indemnização à empresa. Acrescentou ainda que, logicamente, o único local para a implementação de um hospital de retaguarda seria ali e que estava empenhada que viesse para Vila Velha de Ródão até porque fazia todo o sentido visto estar próximo de Castelo Branco. Como isso não pode ser e apesar de todo o empenho pessoal e de quem estava na altura na direcção da Santa Casa teve que se encontrar uma solução que passou pelo aumento de camas para idosos dependentes, estando por isso a decorrer obras de ampliação do edifício da Santa Casa da Misericórdia para proporcionar num futuro próximo esse aumento.----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, questionou se sabia qual a data e modo de transferência dos alunos do 1º Ciclo que frequentavam a Escola de Sarnadas, e se, a pré-primária, passaria para esse edifício e quando.-----

----A sr^a Presidente respondeu que se tinha feito todos os esforços para que a Escola do 1º Ciclo de Sarnadas de Ródão continuasse com 10 ou mais alunos, que se fizeram reuniões, apelou-se ao bom senso dos pais para que não transferissem os seus filhos para Castelo Branco, porque estava em causa a continuação da escola nessa freguesia, não se conseguindo, e, daí que, como não é pedagogicamente correcto ter 6 crianças divididas por várias classes e com algumas dificuldades a necessitar de acompanhamento

de professores especializados, após reunião com os pais das crianças se concluiu que, iriam ser transferidas para Vila Velha de Ródão, talvez ainda antes do final deste ano lectivo mas de certeza, no principio do próximo, o que obrigará a uma grande reestruturação dos transportes escolares. Acrescentou ainda que, no que dizia respeito às crianças do Jardim de Infância e devido a esse facto, seriam transferidas para o edifício da escola.-----

----O membro João Ferro, disse que subscrevia inteiramente o que tinha sido dito pela srª presidente e que ela não se preocupasse com o insucesso porque no nosso país o insucesso escolar tinha acabado, que agora toda a gente passava, que éramos o país da Europa que no espaço de um ano tinha descoberto um método de toda a gente passar.-----

----A srª Presidente disse que não ia discutir políticas nacionais e informando que, no ano transacto, no nosso concelho, tinha havido muitas crianças que tinham reprovado pelo que as afirmações do membro Ferro não eram verdadeiras. Acrescentou que, a câmara, cumpria com exactidão aquilo que estava estipulado e fazia uma análise de todos os resultados dos alunos da escola em Conselho Municipal de Educação, sendo pedidas explicações quando necessário.-----

----O membro João Ferro respondeu que, era óbvio que neste momento o insucesso escolar era quase inexistente e no futuro, na primária e até ao nono ano ninguém iria reprovar e essa será a realidade dos factos.-----

----7-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

----O membro Ricardo Luís, em referência novamente à discussão do ponto 3, disse que a srª Presidente tinha pedido para que ficasse registado em acta que a bancada do PSD tinha se absterido em relação

à situação de aprovação e inclusão dos quadros das escolas no quadro de pessoal, só que aquilo que estava em aprovação era única e exclusivamente e segundo a Convocatória, "apreciação, discussão e eventual aprovação da alteração do Mapa de Pessoal do Município de V. V. Ródão", portanto, a bancada do PSD não se tinha absterido em relação à transposição dos funcionários das escolas para os quadros do município, dizendo que só se tinham absterido porque não tinham conseguido compreender como é que ex-funcionários do Ministério da Educação eram alocados no quadro na Divisão de Obras Habitação e urbanismo (Assistentes Operacionais), dizendo que havia coisas que estavam muito mal explicadas e que só aqui eram 4.-----

----A sr^a Presidente solicitou à Dr^a Fernanda Neves uma explicação mais técnica, respondendo esta que, efectivamente, a única alteração que consta do Mapa de Pessoal era a integração da funcionária Sónia Covita, que não estava incluída no mapa que tinha sido aprovado por unanimidade em Dezembro. Relativamente aos 17 lugares inscritos no quadro da mobilidade, eram relativos à possível contratação efectiva de funcionários que poderá decorrer durante o ano de 2009 e que tinha a ver com as possíveis reformas, ou, seja, o que se prevê contratar devido à reforma de alguns funcionários, e, onde estavam incluídos os 3 estagiários, portanto, a integração dos funcionários da Escola EB 2/3 neste Mapa de Pessoal, fora feita no Mapa que fora aprovado em Dezembro.-----

----Ao reparo do membro Ricardo Luís que o Protocolo de transferência tinha sido assinado em Setembro de 2008, a sr^a Presidente disse que a transferência de competências na área da educação só fora realizada a partir de 1 de Janeiro de 2009.-----

----O membro Ricardo Luís disse que a sr^a Presidente tinha sido taxativa a dar uma resposta a um membro da Assembleia, dizendo que

aqueles lugares estavam no quadro da mobilidade, quando se tinha pedido única e exclusivamente uma explicação do que era, tinha sido taxativa dizendo que eram os funcionários que vinham do Ministério da Educação, ao que os membros da bancada do PSD, tentaram demonstrar que isso era incongruente e que não fazia sentido, ao que a sr^a Presidente respondeu que a sua primeira resposta foi exactamente a que a Dr^a Fernanda Neves tinha dado, a única diferença era de que tinha dito que eram 26 que vieram da escola e nesses eventualmente 17 estariam alguns que se iriam reformar, que eram 4 os funcionários provenientes da escola que se iriam reformar e depois havia vários funcionários da Câmara Municipal que se iriam reformar, dizendo para terminar que não iria falar mais sobre o assunto porque todas as explicações já tinham sido dadas.-----

----O membro Ricardo Luís, referiu que o português poderia ter várias interpretações, mas a verdade era que a sr^a Presidente tinha pedido em específico à mesa para ficar registado que a bancada do PSD tinha votado contra a transferência dos indivíduos da escola secundária e do Agrupamento de Escolas para o quadro de pessoal, o que não era verdade, tinha sido única e exclusivamente pedida uma explicação que de forma técnica lhes tinha sido dada, verificando-se que eram mais activos para a Câmara Municipal que iam entrar e se calhar dever-se-ia aproveitar as reformas para efectuar reestruturação de quadros.-----

----A sr^a Presidente respondeu que quando esse elemento fosse presidente da câmara desenvolveria a sua politica mas, neste momento, havia um partido que tinha feito eleger os seus elementos na Câmara Municipal e era a eles que competia gerir a mesma.-----

----O membro António Carmona Mendes, alertou o membro Ricardo Luís que primeiro, não tinha sido votado contra mas sim abstenção e

